

DO LÁCIO AO BRASIL: UM ESTUDO DE VARIANTES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Laylla Pereira de Moraes (Capes)

Orientador: Leonardo Ferreira Kaltner

Mestranda

RESUMO: As línguas mudam com o passar do tempo. Essas mudanças podem ser de caráter interno (sistêmico) ou de caráter externo (social, político, cultural, econômico). No entanto, nem sempre se deu a devida importância ao caráter mutante dos idiomas. Durante muito tempo, os estudos linguísticos se concentraram em reconstituir, por meio do método histórico-comparativo, o passado das línguas numa perspectiva diacrônica, buscando chegar a um idioma comum e gerador dos demais. As variações encontradas eram tratadas como leis fonéticas explicadas sob a perspectiva da regularidade. Os fatos irregulares eram explicados por meio de analogias. Posteriormente, os estudos de Saussure, publicados postumamente por seus alunos, trouxeram um novo recorte, desta vez sincrônico, à Linguística. Para tanto, era necessário considerar a língua como uma realidade homogênea. Omitia-se a questão da mudança e continuavam excluídos os fatores externos que a condicionam. Chomsky, ao agregar a questão biológica à sua teoria gerativista, também não considerou tais fatores. Somente com os estudos sociolinguísticos (Weinreich, Labov e Herzog), surge uma teoria da mudança linguística (variação) de caráter empírico, que considera o contexto social da língua. Labov desenvolveu inúmeros estudos acerca da variação fonética no inglês e se tornou referência na área. Assim, o presente trabalho apoia-se na teoria da Sociolinguística Variacionista e também na História da Língua para investigar e analisar a variação no português brasileiro, focando na questão da concordância verbal empregada na variedade popular de nossa língua desde os tempos coloniais até hoje, dando uma atenção especial às comunidades de fala estereotipadas por seu modo de falar, pontuando os fatores externos que condicionam e influenciam tais variações.

PALAVRAS-CHAVE: História da Língua; Linguística; Sociolinguística; variação; norma.

Introdução

O objetivo desse artigo é situar o estudo de variantes na História da Linguística, mostrando como a variação é analisada nos diferentes momentos teóricos dessa ciência, relatando brevemente como eram feitos os estudos sobre linguagem na Antiguidade, para, em seguida, fazer um apanhado desde o método histórico-comparativo até as pesquisas de William Labov no início dos anos de 1960, que mudaram a perspectiva dos estudos linguísticos.

Na Antiguidade

Não é de hoje que a Linguagem constitui objeto de estudo do homem. Importantes contribuições nesse campo foram dadas pelos filólogos. Na antiguidade, esses estudiosos, principalmente os de Alexandria, dedicaram-se a analisar textos antigos, literários, de escritores consagrados tendo como objetivo chegar o mais próximo possível dos textos clássicos originais. Esse trabalho era necessário porque havia muitas variações de um mesmo texto, assim como muitos documentos danificados, em más condições de conservação e, até mesmo, rasurados. Graças a esse trabalho, os estudiosos gregos deixaram não só um imenso legado de obras, mas também uma série de análises sobre a língua que aparecia nos textos. De acordo com Faraco (FARACO, 2008, p. 133):

o estudo criterioso dos textos levou os eruditos alexandrinos a descrever e comentar a língua que ali encontravam: aspectos de métrica, ortografia e pronúncia; a distribuição das palavras por classes (nomes, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções etc.); a estrutura sintática das orações simples (sujeito, predicado, complementos, adjuntos) e períodos (coordenação e subordinação); o uso das figuras de linguagem e assim por diante.

Essas análises deram origem aos estudos gramaticais. A primeira gramática conhecida data do século II a.C. e sua autoria é atribuída ao grego Dionísio Trácio, que conceituava a gramática como “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores.” Pelo conceito acima, pode-se afirmar que o objeto de estudo do gramático era essa língua escrita exemplar, ideal, utilizada pelos grandes escritores, uma língua absolutamente literária e que seu objetivo era descrever essa língua, assim como estabelecer um padrão que deveria ser seguido por todos aqueles que pretendessem escrever. Surge aí a questão normativa, que prescreve a maneira de se usar a língua, elegendo uma variedade como padrão (a dos

escritores consagrados) e marginalizando outras (normalmente populares), como bem destaca Faraco (FARACO, 2008, p. 133-134):

Foi a partir desse tipo de pesquisa que se constituiu a tradição normativa ocidental do estudo da língua que ainda é tão forte entre nós. No fundo, ela foi, naquele momento, a solução intelectual para os conflitos gerados pela percepção da diversidade linguística.

E essa questão da diversidade linguística precisa ser bem entendida, porque ela continua dando muito pano pra manga. A diversidade linguística é sempre osso duro de roer, porque, além da diferença das formas, há uma valoração social diferenciada recaindo sobre elas: algumas adquirem prestígio social (e constituem aquilo que chamamos de norma culta/comum/*standard*), enquanto outras são menos prestigiadas e até ridicularizadas e censuradas.

Faraco (2017, p.89) destaca ainda que esse modelo de análise gramatical é insuficiente para descrever toda a complexidade de uma língua e também para dar conta da enorme diversidade gramatical das línguas no mundo.

Método histórico-comparativo

No século XVIII, estudiosos europeus iniciaram o estudo do sânscrito, língua clássica dos hindus. Algumas gramáticas e dicionários de sânscrito foram escritos.

Nessa perspectiva, como salienta Petter (In. FIORIN (org.), 2015, p. 13):

O conhecimento de um número maior de línguas vai provocar, no século XIX, o interesse pelas línguas vivas, pelo estudo comparativo dos falares [...] É nesse período que se desenvolve um método histórico, instrumento importante para o florescimento das *gramáticas comparadas* e da *Linguística Histórica*. [...] O estudo comparado das línguas vai evidenciar o fato de que as línguas se transformam com o tempo, independente da vontade dos homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma regular.

Franz Bopp é o estudioso que se destaca nessa época. A publicação, em 1816, de sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito, comparado ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico é considerada o marco do surgimento da Linguística Histórica. A descoberta de semelhanças entre essas

línguas e grande parte das línguas europeias vai evidenciar que existe uma relação de *parentesco*, que elas constituem, portanto, uma *família*, a *indo-europeia*, cujos membros têm uma origem comum, o *indo-europeu*, ao qual se pode chegar por meio do método histórico-comparativo.

Apesar da contribuição relevante de Bopp, é com Jacob Grimm que se estabelece o estudo histórico. Grimm, como destaca Faraco (2006, p.135), “observou e interpretou a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações no tempo”. A partir dos estudos de Grimm, estabeleceu-se que as equivalências entre as línguas estavam ligadas à questão histórica e à regularidade dos processos de mudança linguística.

Com o aparecimento dos neogramáticos, ainda no século XIX, surgiram uma nova orientação metodológica e novos pressupostos teóricos para a análise da mudança linguística. Esses estudiosos vão criticar a visão de língua como organismo vivo, com existência independente, visão naturalista defendida por Schleicher. No sentido oposto a esse pensamento, irão ligá-la aos falantes. Surge, finalmente, o interesse em se investigar a mudança linguística. Como bem destaca Faraco (FARACO, 2006, p.140-141):

Com isso, introduzia-se uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos da mudança (a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nele)[..]

Interessava-lhes, portanto, investigar os mecanismos da mudança (desvendar os princípios gerais do movimento histórico das línguas) e não apenas reconstruir estágios remotos das línguas.

Os neogramáticos se concentraram nas mudanças fonéticas, explicando-as por meio do conceito de lei fonética, princípio absoluto, que se aplica a todas as palavras que preenchem as condições de mudança. Os casos que não pudessem ser explicados por meio dessas leis, eram explicados por analogia, alteração na forma fonética duma língua por força de seus paradigmas gramaticais. Muitas críticas foram feitas a esse tipo de análise (baseada em leis fonéticas e analogias), os linguistas não concordavam com a ideia de que as leis se aplicassem a todas as palavras e a toda uma comunidade sem exceções.

Surgem, nesse cenário, dois autores que trouxeram contribuições significativas nesse campo: Hugo Schuchardt e Antoine Meillet. O primeiro voltou sua atenção para a variedade de

falas existentes numa comunidade, condicionadas por fatores tais como sexo, idade, nível de escolaridade etc. ; já o segundo, concebeu língua como um fato social, relacionando as mudanças linguísticas ao fato de as línguas serem heterogêneas, como assegura Faraco (2006, p.154) “ a história dos homens não é linear nem homogênea, logo as sociedades são heterogêneas e essa heterogeneidade do social é determinante da heterogeneidade linguística e condicionante da mudança.”

Saussure e o estruturalismo

Mesmo com as contribuições de Meillet, essa concepção de língua como fato social e, portanto, heterogênea, não se consolidou no âmbito dos estudos linguísticos durante parte do século XX e acabou dando lugar a uma visão de língua como objeto autônomo, definido por relações linguísticas. Isso se deve, em grande parte, às contribuições de Saussure, que mais tarde fariam surgir o termo Estruturalismo, como destaca Costa (In: MARTELOTTA (org.) , 2015, p.114-115):

Saussure, o precursor do estruturalismo, enfatizou a ideia de que a língua é um sistema, ou seja, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente. À geração seguinte coube observar mais detalhadamente como o sistema se estrutura: daí o termo “estruturalismo” para designar a nova tendência de se analisar as línguas.

O estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionadas, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema.

[...]

Essa concepção de linguagem tem como consequência um outro princípio do estruturalismo: o de que a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma. É o que chamamos de estudo imanente da língua, o que significa dizer que toda preocupação extralinguística precisa ser abandonada, uma vez que a estrutura da língua deve ser descrita apenas a partir de suas relações internas. [...]

Assim, ficam excluídos da análise linguística todos os fatores externos à língua que condicionam as mudanças.

De acordo com Saussure (2012, p.37) “a matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana”. No entanto, para estabelecer o objeto de estudo da Linguística, ele destaca, dentre todas as formas de linguagem, a língua. Para o linguista suíço, a linguagem tem um lado individual (fala / parole) e um lado social (língua /langue), sendo impossível conceber um sem o outro. Trata-se, portanto, de um objeto duplo. A língua é, de acordo com Costa (In: MARTELOTTA (org.), 2015, p. 116) :

um sistema supraindividual utilizado como meio de comunicação entre os membros de uma comunidade. O entendimento saussureano é o de que a língua é um tesouro – um sistema gramatical – depositado virtualmente nos cérebros de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Sua existência decorre de uma espécie de contrato implícito que é estabelecido entre os membros da comunidade. Daí esse caráter social. Para Saussure, o indivíduo, sozinho, não pode criar nem modificar a língua.

Diferentemente, a fala constitui o uso individual do sistema que caracteriza a língua. Nas palavras de Saussure, é “um ato individual de vontade e de inteligência” (1975:22)[...] Trata-se , portanto, da utilização prática e concreta de um código de língua por um determinado falante num momento preciso de comunicação. Em outras palavras, é maneira pessoal de atualizar esse código. Daí seu caráter individual.

Dessa forma, o objeto de estudo da Linguística é a língua, conhecimento comum a todos e essência da atividade comunicativa; não aquilo que é individual. Todos os fatores extralinguísticos são abandonados e os estudos se centram nas relações internas existentes na estrutura da língua. Não há, portanto, espaço para estudo da mudança linguística.

Chomsky e o gerativismo

No final da década de 1950, nos Estados Unidos, a partir dos estudos de Chomsky, surge o Gerativismo, formulado como uma resposta ao behaviorismo, teoria que considerava a linguagem humana um condicionamento social, como destaca Kenedy (In: MARTELOTTA, 2015, p. 128) “uma resposta que o organismo humano produzia mediante os estímulos que

recebia da interação social. Essa resposta, a partir da repetição constante e mecânica, seria convertida em hábitos, que caracterizariam o comportamento linguístico de um falante”. Contestando veementemente essa ideia, Chomsky chamou a atenção para a criatividade, sempre presente no uso da linguagem pelos humanos. Isso significa dizer que, a todo momento, frases novas são construídas, das mais simples até as mais complexas. Todos os falantes possuem essa capacidade de produzir sentenças novas e inéditas. Por essa razão, de acordo com o fundador do gerativismo, por não considerar a capacidade criativa dos falantes, a teoria behaviorista deveria ser abandonada, dando espaço à linguística gerativa.

Ainda de acordo com Kenedy (In: MARTELOTTA, 2015, p.129):

Para Chomsky, a capacidade humana de falar e entender uma língua (pelo menos) , isto é, o comportamento linguístico dos indivíduos, deve ser compreendida como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano (e não completamente determinada pelo mundo exterior, como diziam os behavioristas), a qual deve estar radicada na biologia do cérebro/ mente da espécie e é destinada a constituir a competência linguística de um falante. Essa disposição inata para a competência linguística é o que ficou conhecido como *faculdade da linguagem*.

Ao relacionar a linguagem a aspectos biológicos, Chomsky (assim como os estruturalistas) também desconsidera os fatores externos (sociais) que interferem nela. Tanto a teoria estruturalista quanto a teoria gerativista consideram a língua um sistema homogêneo, desvinculado de fatores sociais e históricos. A relação entre língua e sociedade era tida como algo irrelevante, ou seja, o objeto de estudo da Linguística - a língua- era analisado sem se levar em conta seu uso real - feito pelos falantes- nas comunidades .Algumas teorias surgiram para contestar as visões estruturalista e gerativista . Uma delas foi a Sociolinguística.

Labov e a sociolinguística

O termo Sociolinguística surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 1950, mas se firmou como corrente de estudos da Linguística na década de 1960, com os trabalhos de Labov. De acordo com Cezario e Votre (In: MARTELOTTA, 2015, p.141):

A Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura da língua e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

A Sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística.

Assim, a Sociolinguística considera a língua como um objeto heterogêneo, no qual existem regras, mas também pluralidade de formas, sem, contudo, considerar essa variedade como algo problemático e que pode levar a uma bagunça linguística ou à fragilização da língua, visão defendida por muitos estudiosos desde a Antiguidade. Isso fica claro nas palavras de Coelho (COELHO et al. , 2015, p.59):

A Sociolinguística vê a língua como um objeto dotado de heterogeneidade estruturada - logo, há regras, sim. Decorre daí que enquanto a língua concebida como sistema homogêneo contém somente regras categóricas, que sempre se aplicam da mesma maneira, a língua concebida como um sistema heterogêneo comporta, ao lado de regras categóricas, também regras variáveis, condicionadas por fatores tanto do contexto linguístico quanto do extralinguístico.

Deixam claro, ainda, qual é o foco da Sociolinguística (COELHO et al., 2015, p.60):

Seu foco são as regras variáveis da língua, aquelas que permitem que, em certos contextos linguísticos, sociais e estilísticos, falemos de uma forma e, em outros contextos, de outra forma – ou seja, que alternemos duas ou mais variantes (formas que devem ter o mesmo significado referencial/representacional e ser intercambiáveis no mesmo contexto).

Para a Sociolinguística, as mudanças podem ser condicionadas tanto por fatores internos à língua, tais como fatores fonéticos, morfológicos e sintáticos, quanto por fatores externos à língua, como idade, sexo, classe social e nível de escolaridade dos falantes. A tarefa do sociolinguista é, portanto, entender quais são os principais fatores que motivam a variação

linguística e qual a função de cada um desses fatores nessa variação. Nas palavras de Cezario e Votre (In: MARTELOTTA, 2015, p.141), “O linguista, ao estudar os diversos domínios da variação, deve demonstrar como ela se configura na comunidade de fala, bem como quais são os contextos linguísticos e extralinguísticos que a favorecem ou a inibem.”

Dessa maneira, o objeto de estudo da Sociolinguística será o uso do *vernáculo*, a língua falada em situações espontâneas, naturais de fala, nas quais o falante se preocupa mais com o conteúdo do que diz do que com a forma do que é dito. São falantes/ ouvintes reais, em situações reais de fala, situação bem diferente do Gerativismo, por exemplo, cujos os falantes são ideais.

Uma questão importantíssima para a sociolinguística é o significado social ou valor social que é atribuído às formas variantes. Como já foi dito anteriormente, algumas são aceitas e adquirem prestígio social, formando o que é chamado de norma-padrão; outras, no entanto, não são bem vistas e acabam desprestigiadas socialmente, levando à marginalização de seus falantes, que acabam sendo enquadrados em estereótipos. A segunda situação descrita leva ao preconceito linguístico. Para a Sociolinguística, não existe variação melhor ou pior. O que distingue as variantes é o valor social atribuído a elas. O problema é que esse valor social é atribuído baseado no senso comum de que a língua é homogênea, de que existe jeito “certo” e jeito “errado” de usar a língua e de que as variações são nocivas por gerarem caos linguístico, na medida em que rompem com o ideal de língua una. Isso leva a uma confusão de conceitos, na avaliação de Coelho (COELHO et al. 2015, p. 65) :

Essa confusão entre fazer julgamento à língua e julgamento ao falante é um dos fatores que permitem a existência do preconceito linguístico em nossa sociedade. Com o falso argumento de que uma construção é, em si, “errada”, abre-se espaço para que marginalizemos os falantes que fazem uso dessa construção. Uma das contribuições da Sociolinguística é justamente desmascarar esse argumento: incontáveis pesquisas já constataram que não há nada nas formas variáveis de uma língua que permita afirmar que umas sejam melhores ou mais corretas do que outras, ou que o uso de uma ou outra forma tenha qualquer relação com a capacidade cognitiva do falante.

Segue daí, portanto, que o julgamento (ou, em termos mais claros, o preconceito) é social. Dizer que tal pessoa ou tal grupo é inferior porque fala de uma forma e não de outra é apenas mais um mecanismo de afirmação e de perpetuação desse preconceito, que se manifesta como preconceito linguístico, mas que nunca deixou de ser social.

Essa valoração social está presente desde o surgimento da Gramática, na Antiguidade, como assegura Bagno (2015, p.15) “ o preconceito linguístico, acredito, manifesta (em suas diversas formas, nas distintas faces que assume) a ideologia cristalizada há séculos na Gramática Tradicional (GT)e materializada, por assim dizer, no gênero literário conhecido como gramática normativa (GN).” Apesar de antiga, essa ideia de valoração social está presente nos dias atuais.

Estudo de caso

No Brasil, é considerada culta a variedade usada por falantes de nível superior nas grandes cidades. No entanto, outras variedades, como as utilizadas nas periferias e comunidades mais pobres são estigmatizadas. Este trabalho, no seu nível de dissertação, abordará essa questão de forma contundente. Por enquanto, darei um exemplo de variedade estigmatizada no Brasil: a variedade utilizada nas comunidades(favelas) cariocas. Essa variedade chega ao conhecimento do público através das letras de funk, cantadas por MC’s que pertencem a essas comunidades. Por causa do preconceito linguístico e para garantir o sucesso, muitos MC’s têm submetido suas letras a uma revisão linguística, de modo a deixá-las mais atrativas e evitar a rejeição do público. Mas ainda é possível encontrar letras onde o vernáculo desses falantes emerge, assim como entrevistas desses personagens a veículos de imprensa e canais na internet, que por serem situações informais de conversa, permitem o surgimento de uma fala espontânea. Tais situações (letras e entrevistas) constituirão o corpus da dissertação.

Passemos à análise de um caso.

Analisando a letra da música “Favela” de Mc Marcinho (transcrição minha para a música disponível no Youtube), podemos perceber o aparecimento de variantes no processo de concordância verbal de p4 e p6.

Favela... / Orgulho e lazer, *estamo* à vontade / Nós *somos*...

Favela... / Orgulho e lazer, *estamo* à vontade /*Somos* mais você...

[...]Eu peço a eles, me *dê* uma trégua / Pra vivermos felizes em nossas favelas

Porque aqui no morro também tem jogador / Artistas famosos, empresário e doutor

Gente inteligente e mulheres belas / Você também encontra aqui na favela

Além de exaltar tudo de bom que há nessas comunidades, a música nos permite observar que, ao conjugar o verbo ‘estar’ na 1ª pessoa do plural, o falante não utiliza a forma padrão(-

mos), mas sim a forma não padrão com o apagamento do ‘s’ no morfema número-pessoal (*-mo*). Curiosamente, ao conjugar o verbo ‘ser’ nessa mesma pessoa, o falante utiliza a forma padrão (*-mos*). Observando a conjugação do verbo ‘dar’ na 3ª pessoa do plural, observamos que o falante não utilizou a forma padrão, mas sim o morfema zero (*dêØ*).

O papel do sociolinguista aqui seria perguntar e investigar quais são os fatores que condicionam essas variantes: idade, sexo, nível de escolaridade, profissão? Quais fatores internos estão presentes: tonicidade, posição do sujeito? Qual a influência da escolarização na realização da concordância verbal? Que fatores contribuem para a utilização de uma das variantes? Que fatores inibem a utilização dessas variantes? Que consequências sociais a escolha por uma determinada variante traz para o falante?

Dito isto, o objetivo da dissertação será discutir, a partir das análises de caso, as questões acima formuladas, utilizando a perspectiva da Sociolinguística Variacionista ou Laboviana, mostrando como os estereótipos alimentados pelo preconceito linguístico perseguem aqueles que fazem uso dessas variedades desprestigiadas. Não se trata, contudo, de negar a norma padrão e muito menos a gramática tradicional já que, como bem coloca Bagno (BAGNO, 2015, p. 16):

[...] A gramática tradicional, não cabem dúvidas, é um patrimônio cultural do ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios, um repositório das reflexões, investigações e especulações filosóficas acerca da linguagem feitas por alguns dos mais brilhantes pensadores da história da humanidade.

[...]

Com efeito, a Gramática tradicional até hoje é o ponto de partida e também o pano de fundo da atividade científica e especulativa da Linguística e da Filosofia da Linguagem. Não é contra isso que devemos nos bater. Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por aqueles que, arrancando a Gramática Tradicional do lugar que legitimamente é o seu – o da reflexão filosófica, o da ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem –, impuseram-lhe o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer norma linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística: objetos teóricos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Youtube. MC Marcinho – Favela. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=VjqPy7CZB60>] Acesso em: 18 out. 2018.